



**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL  
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA  
DIVISÃO DE INFRAESTRUTURA E MANUTENÇÃO PREDIAL**

**Termo Nº 0044161/2017-DIMP/CGA/COGAF/DIRAD**

Belém-PA, 28 de dezembro de 2017.

**1. DO OBJETO**

1.1. A contratação de empresa especializada no ramo de prestação de serviços de limpeza, higienização, desinfecção e análises bacteriológicas de água dos reservatórios, caixas e poços nas dependências do edifício sede da SUDAM e também a limpeza das caixas de passagem de esgoto e a desobstrução de toda a tubulação de esgoto existente.

**2. DA JUSTIFICATIVA**

2.1. A presente contratação tem por objetivo serviços de higienização, desinfecção e análises bacteriológicas de água dos reservatórios, caixas e poços utilizando métodos eficazes e de acordo com as normas regulamentares. Com base na Lei Estadual Nº 5.882 de 21 de Dezembro de 1994 ó Art. 3º - A higienização e desinfecção dos reservatórios prediais de água deve ter caráter preventivo, sendo obrigatório a sua execução periódica de 4 (quatro) em 4 (quatro) meses, no máximo.

2.2. A demanda da SUDAM por esses serviços ocorre em razão de não possuir, em seu quadro/estrutura, recursos humanos e materiais para executar os serviços objeto dessa contratação.

2.3. Cabe ressaltar, que os serviços são considerados de natureza continuada, necessária à Administração para o desempenho de suas atribuições. A interrupção da prestação desses serviços irá comprometer a continuidade das atividades desta Instituição, trazendo riscos à saúde das pessoas e danos ao patrimônio público.

2.4. Assim, a contratação deve estender-se por mais de um exercício financeiro e continuamente.

2.5. Considerando a necessidade de manter em pleno funcionamento as instalações desta Instituição, proporcionando assim ambiente agradável e salubre para o desempenho das atividades essenciais e administrativas desta autarquia, através da contratação de empresa especializada no ramo de prestação de serviços de Controle Sanitário de Ambiente, que abrange: higienização e desinfecção dos reservatórios d'água e análises microbiológicas da água com os seguintes parâmetros: Coliformes Totais, Coliformes Termotolerantes (Fecais) além de Turbidez, Ph, Cor e Cloro residual livre, emissão dos Laudos Técnicos da Qualidade da Água com resultados das Análises Bacteriológicas e Físico-químicas, Conforme Portaria do Ministério da Saúde nº 518/04.

2.6. O sistema de esgotamento sanitário deve sofrer, também, higienização e desinfecção das caixas de passagem de esgoto e as respectivas tubulações que necessitam ser desobstruídas.

2.7. Existe a necessidade de se esgotar as fossas sépticas do edifício sede.

### 3. **DOS OBJETIVOS DOS SERVIÇOS**

- 3.1. Controle e limpeza dos reservatórios de água.
- 3.2. Objetivando a proteção, integridade e a salubridade dos edifícios que compõem o complexo predial da SUDAM.
- 3.3. O controle das fossas objetivando a higienização e limpeza das caixas de passagem dos esgotos sanitários de acordo com as diretrizes da NBR 5262 Instalações Prediais de Água Fria, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT.
- 3.4. A liberação da vazão com desobstrução das tubulações de esgoto sanitário.
- 3.5. O controle de dejetos objetivando a proteção e limpeza das fossas sépticas.
- 3.6. O Controle de qualidade da água objetivando higienização, proteção e limpeza das águas dos reservatórios utilizadas pelos servidores e de água parada no complexo predial da SUDAM;

### 4. **DAS LOCALIDADES DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO**

- 4.1. Todos os serviços serão realizados no complexo predial da SUDAM, sito à Tv. Antonio Baena, nº 113, Bairro do Marco.

### 5. **DAS DEFINIÇÕES**

- 5.1. **Empresa Especializada** - empresa autorizada pelo poder público para efetuar serviços de higienização, desinfecção e análises bacteriológicas de água dos reservatórios, caixas de passagens e poços;
- 5.2. **Licença de Funcionamento** - documento que habilita a Empresa Especializada a exercer atividade de prestação de serviços de limpeza, higienização, desinfecção e análises bacteriológicas de água dos reservatórios, caixas e poços que é concedida pelo órgão competente do estado ou do município; DZ-351.R-0 - Diretriz para Concessão de Certificado de Registro para Empresas de Limpeza e Higienização de Reservatórios de Água;
- 5.3. **Vetores** - bactérias ou outros organismos que transmitem infecções, através do carregamento externo (transmissão passiva ou mecânica) ou interno (transmissão biológica) de microrganismos MF-447. Método de Determinação de Unidades formadoras de Colônias (UFC) de Coliformes Totais, pela Técnica das Membranas Filtrantes.;
- 5.4. **Responsável técnico** - profissional devidamente habilitado para o exercício das funções relativas às atividades pertinentes a higienização, desinfecção e análises bacteriológicas de água dos reservatórios, caixas e poços, devendo apresentar o registro da Empresa junto ao respectivo Conselho Regional;
- 5.5. **Comprovante de execução de serviço** documento expedido pela empresa ao cliente contendo no mínimo as seguintes informações:
  - a) nome do cliente;
  - b) endereço do imóvel;
  - c) salubridade(s) alvo;
  - d) grupo(s) químico(s) do(s) produto(s) utilizado(s);

- e) nome e concentração de uso do princípio ativo e quantidade do produto aplicado na área;
- f) nome do responsável técnico com o número do seu registro no Conselho correspondente;
- g) número do telefone do Centro de Informação Bacteriológica mais próximo e endereço e telefone da Empresa Especializada.

## 6. DA DEMANDA

6.1. A demanda anual dos serviços foi estimada com base na metragem das áreas internas dos reservatórios de água da SUDAM e no tempo de eficácia das execuções de Higienização e Desinfecção dos Reservatórios de Água tais como cisternas e caixa d'água em 3 (três) aplicações. Para a desobstrução de caixas de passagem e tubulações do sistema de esgotamento sanitário 3 (três) aplicações por ano e desinfecção e limpeza de fossas sépticas 2 (dois) aplicação anual.

## 7. DOS SERVIÇOS A SEREM EXECUTADOS

7.1. Os serviços deverão ser executados em etapas, divididos em dois lotes, com execuções programadas, sendo o primeiro lote que trata do serviço de: **Higienização e Desinfecção dos Reservatórios de Água**, com início em no máximo 15 (quinze) dias após recebimento de autorização da Diretoria de Administração, e o segundo lote com os demais serviços de: **Higienização, Desinfecção e Desobstrução das tubulações do sistema de esgotamento sanitário**, **Higienização e Desinfecção e Desobstrução das tubulações do sistema de esgotamento sanitário** e **Serviço de limpeza das fossas**, com início execução das etapas programadas em no máximo 15 dias, conforme previa autorização da desta administração, ficando seu pagamento condicionado a execução de cada etapa respectiva em cada lote e serviço especificado nesta tabela, após verificação da eficiência de cada aplicação. In loco, realizada pela Coordenação de Gestão Administrativa por meio de servidor designado e demais laudos bacteriológicos e comprovantes de eficiência conforme concordância com as normas vigentes sobre estes serviços.

7.2. O serviço requerido será prestado da seguinte forma:

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	FORMA DE EXECUÇÃO
1	1	<b>Higienização e Desinfecção dos Reservatórios de Água:</b> Será realizado a higienização/desinfecção geral das cisternas, caixa d'água através de compressor de ar, e posteriormente a realização das análises Bacteriológicas da água das caixas e dos poços, com os seguintes Parâmetros: Coliformes Totais, Coliformes Termotolerantes (Fecais) além de Turbidez, Ph, Cor e Cloro residual livre, emissão dos Laudos Técnicos da Qualidade da Água com resultados das Análises Bacteriológicas e físico químico, Conforme Portaria nº 518/04 do Ministério da Saúde.	Aplicação em 03 etapas - Área de Aplicação: Cisterna e Caixas d'água: 333,00 m³.
2	2	<b>Higienização e Desinfecção das caixas de passagem do sistema de esgotamento sanitário:</b> Será realizado a higienização/desinfecção geral das caixas de passagem através de raspagem mecânica e posterior injeção de ar comprimido.	Aplicação em 03 (três) etapas - Área de Aplicação: Caixas de passagem: - Área de Aplicação: 60m²

3	<b>Higienização e Desinfecção e Desobstrução das tubulações do sistema de esgotamento sanitário:</b> Será realizado a higienização/desinfecção e desobstrução geral das tubulações através de raspagem mecânica e posterior injeção de ar comprimido.	Aplicação em 03 (três) etapas - Área de Aplicação: Tubulação diversos diâmetros: - Volume: 12m <sup>3</sup>
4	<b>Serviço de limpeza das fossas</b>	Aplicação em 02 (duas) etapas - Volume: 30m <sup>3</sup>

## 8. DA ÁREA DE APLICAÇÃO

8.1. Os serviços deverão ser executados na área total, interna em todos os reservatórios de água citados do complexo predial da SUDAM conforme ilustra o quadro abaixo, abrangendo:

RESERVATÓRIOS	VOLUME (m <sup>3</sup> )
Reservatório superior ó Bloco ãCö	30,50
Reservatório inferior ó geral	140,50
Reservatório superior ó Bloco ãAö	30,50
Reservatório superior ó Bloco ãBö	30,50
Reservatório próximo ao SAMS ó inferior	80,50
Reservatório próximo ao SAMS ó superior	20,50

## 9. DA PERIODICIDADE

9.1. Para os serviços de limpeza, higienização, desinfecção e análises bacteriológicas de água dos reservatórios, caixas de passagens e poços com aplicação em 03 etapas com intervalo de 04 (quatro) meses entre elas.

9.2. Nenhum produto químico poderá ser aplicado sem a prévia vistoria do servidor designado.

9.3. Os produtos químicos domissanitários, utilizados na execução dos serviços deverão estar devidamente registrados e liberados pelo Ministério da Saúde, conforme estabelece a Resolução Normativa-RDC da ANVISA- Agência Nacional de Vigilância Sanitária e demais normas vigentes.

9.4. São os seguintes os produtos químicos a serem utilizados nas intervenções: tratamento com agente bactericida (**hipoclorito de cálcio**) em dosagem adequada.

9.5. Não será permitida a utilização de produtos químicos que contenham a substância **Organofosforado Clorpirifós**, conforme determinação da **ANVISA**, através da RDC nº 206 de 23/08/2004.

9.6. Uso obrigatório pelos empregados da empresa, de EPIs (Equipamentos de Proteção Individual), durante a manipulação e aplicação dos produtos, bem como serviços e demais atividades referentes ao termo de referencia;

9.7. A prestação dos serviços acima citados poderão ser solicitados, a título de reforço ou quando não tiver um resultado positivo, a qualquer momento pela CONTRATANTE, sem ônus para a mesma, inclusive, para refazer, no todo ou em parte, os serviços em que se verificarem a presença indesejável dejetos, lodo, sujeiras e etc.;

9.8. Os serviços serão sempre executados no horário determinado pela Contratante que comunicará a contratada com, no mínimo, 03 (três) dias úteis de antecedência;

9.9. Deverá ser Comunicada imediatamente à Administração, bem como ao responsável pelo

contrato, qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias;

9.10. A contratada deverá informar qual produto químico está sendo aplicado no estabelecimento da contratante, qual o nível de intoxicação, ficha técnica, para que os técnicos da Sudam possam comprovar que os produtos estão todos de acordo com a RDC Nº 91, DE 30 DE JUNHO DE 2016 do MS/ANVISA, e não venham causar problemas na saúde dos servidores e usuários.

9.11. Os serviços de desinfecção e análises bacteriológicas de água dos reservatórios e caixas d'água em um número de 6 perfazendo 333,00 m<sup>3</sup> de volume total com aplicação em 03 (três) etapas.

9.12. Para os serviços de limpeza das caixas de passagem do sistema de esgotamento sanitário os serviços serão executados em 3 etapas. A SUDAM possui em torno de 60 m<sup>2</sup> de caixas de passagem.

9.13. Para os serviços de limpeza e desobstrução das tubulações do sistema de esgotamento sanitário os serviços serão executados em 3 etapas. A SUDAM possui em torno de 200m de tubos de esgoto de vários diâmetros.

9.14. Para os serviços de limpeza e desobstrução das fossas sépticas os serviços serão executados em duas etapas.

## **10. DOS MATERIAIS E EQUIPAMENTOS**

10.1. A Empresa deverá responsabilizar-se pelo fornecimento de todos os materiais e equipamentos, nas quantidades necessárias à perfeita execução dos serviços.

10.2. Os produtos utilizados deverão ter no mínimo as seguintes características:

- a) Não causarem manchas;
- b) Serem antialérgicos;
- c) Tornarem-se inodoros após 90 (noventa) minutos da aplicação;
- d) Serem inofensivos à saúde humana;
- e) Estarem compreendidos dentre aqueles permitidos pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde e atendidas as exigências do citado Órgão;
- f) Não danificarem ou causarem a morte das plantas dos gramados e peixes.

10.3. Os produtos utilizados, além de obedecerem às exigências prescritas no item anterior, deverão ser de primeira qualidade e devidamente licenciados pela entidade sanitária pública competente.

## **11. DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E PROCEDIMENTOS E MÉTODOS**

### **11.1. LIMPEZA DAS CAIXAS D'ÁGUAS E CISTERNAS**

11.1.1. Higienização dos reservatórios com hidro-jateamento, escovação e pré-coloração;

11.1.2. Tratamento com agente bactericida (hipoclorito de cálcio) em dosagem adequada ao consumo humano com monitoramento de cloro residual e pH;

11.1.3. Fornecer as tampas adequadas e prever o esponjamento nas bordas dos reservatórios a fim de impedir a penetração de insetos e outros agentes patogênicos em seu interior;

- 11.1.4. Desinfecção das redes de distribuição interna;
- 11.1.5. Desinfecção dos conjuntos de sucção e recalque
- 11.1.6. Análise laboratorial de água exigido pelo Ministério da Saúde segundo portaria 518 de 25/03/2004, do MS, após a limpeza dos reservatórios.
- 11.1.7. Emissão de Certificado de Saneamento com validade mínima de 04 (quatro) meses
- 11.1.8. Promover o esgotamento parcial do reservatório ou caixa d'água, por meio de bomba submersa ou manualmente.
- 11.1.9. Limpar e retirar o lodo e detritos acumulados nas paredes e no fundo do reservatório ou caixa d'água;
- 11.1.10. Tampar a saída do reservatório ou caixa-d'água e lavar as paredes e o fundo com escova de fibra macia, sendo que nas caixas impermeabilizadas deverão ser utilizadas buchas macias, sendo vedado o uso de escova de aço, vassoura, detergente ou outro produto e equipamento não autorizado.
- 11.1.11. Retirar a água da lavagem e a sujeira com pá de plástico, baldes e panos limpos, deixando o reservatório ou caixa d'água devidamente livre de impurezas. Não esgotar a sujeira pelo cano de saída de água.
- 11.1.12. Secar o fundo com panos limpos abrir o registro da entrada ou desamarrar a bóia e deixar o reservatório ou caixa d'água encher;
- 11.1.13. Tampar adequadamente o reservatório ou caixa-d'água, de forma a impedir a entrada de pequenos animais, insetos ou sujeiras;
- 11.1.14. Colar etiqueta auto-adesiva no lado externo do reservatório ou caixa d'água, constando a data da desinfecção e o nome da empresa que a executou.

## 11.2. DESOBSTRUÇÃO DE TUBULAÇÕES

- 11.2.1. A Empresa deverá abrir todas as caixas de passagem existentes na área do complexo predial da SUDAM preparando os locais para retirada do material existente (raspagem do tubos);
- 11.2.2. Higienização dos tubos com hidro-jateamento; Escovação e pré-coloração;
- 11.2.3. Tratamento com agente bactericida (hipoclorito de cálcio) em dosagem adequada ao consumo humano com monitoramento de cloro residual e pH;
- 11.2.4. Retirar a água da lavagem e a sujeira com pá de plástico, baldes e panos limpos, deixando o reservatório ou caixa d'água devidamente livre de impurezas.
- 11.2.5. Não esgotar a sujeira pelo cano de saída de água.
- 11.2.6. A Empresa deverá aplicar os produtos em toda a tubulação;

## 11.3. DESOBSTRUÇÕES DAS CAIXAS DE PASSAGEM

- 11.3.1. A Empresa deverá abrir todas as caixas de passagem existentes na área do complexo predial da SUDAM preparando os locais para retirada do material existente (raspagem do fundo e das paredes laterais);
- 11.3.2. Higienização das caixas de passagem com hidro-jateamento; Escovação e pré-coloração;
- 11.3.3. Tratamento com agente bactericida (hipoclorito de cálcio) em dosagem adequada;
- 11.3.4. Retirar a água da lavagem e a sujeira com pá de plástico, baldes e panos limpos,

deixando o caixa de passagem devidamente livre de impurezas.

11.3.5. Não esgotar a sujeira pelo cano de saída de água.

11.3.6. A Empresa deverá aplicar os produtos em toda a superfície das caixas de passagem;

#### 11.4. DESOBSTRUÇÕES DAS FOSSAS SÉPTICAS

11.4.1. A Empresa deverá abrir todas as fossas sépticas existentes na área do complexo predial da SUDAM preparando os locais para retirada do material existente (raspagem do fundo e das paredes laterais);

11.4.2. Higienização das fossas sépticas com hidro jateamento; Escovação e pré-coloração;

11.4.3. Tratamento com agente bactericida (hipoclorito de cálcio) em dosagem adequada;

11.4.4. Retirar a água da lavagem e a sujeira com equipamentos adequados, deixando a fossa séptica devidamente livre de impurezas.

11.4.5. Não esgotar a sujeira pelo cano de saída de água.

11.4.6. A Empresa deverá aplicar os produtos em toda a superfície das fossas sépticas;

#### 12. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

12.1. Executar o objeto contratado dentro dos padrões de saúde por intermédio de pessoas devidamente qualificadas.

12.2. Executar os serviços nos prazos estabelecidos, nas condições e preços consignados em sua proposta comercial.

12.3. Assumir quaisquer danos causados diretamente a SUDAM ou a Terceiros quando for Constatado que tenham sido ocasionados em decorrência da execução dos serviços, ou causados por seus empregados ou prepostos, inclusive, assumir os danos eventualmente ocorridos com os materiais, equipamentos e ferramentas utilizadas na execução dos serviços, sem possibilidade de ressarcimento pelo Contratante.

12.4. Fornecer número de telefone e endereço eletrônico para contato a fim de atender as solicitações da Contratante.

12.5. Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das Obrigações assumidas, sem qualquer ônus à Contratante, inclusive o transporte.

12.6. Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

12.7. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização e ou acompanhamento por parte da contratante.

12.8. Caberá à contratada todas as providências e obrigações estabelecidas em legislações específicas de acidentes de trabalho quando em ocorrência da espécie forem vítimas seus empregados, no desempenho de suas atribuições ou em contato com eles, ainda que a ocorrência tenha sido nas dependências da contratante.

12.9. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, e comerciais resultantes da execução do contrato.

- 12.10. Executar os serviços através de profissionais qualificados, com curso técnico específico da mão-de-obra oferecida, observando os procedimentos técnicos recomendados pelos fabricantes.
- 12.11. Fornecer todo o material e equipamentos para a realização dos serviços contratados.
- 12.12. Dar garantia total pelos serviços realizados, comprometendo-se a refazê-los quando constatado qualquer falha devidamente comprovada, durante todo o período do Contrato, desde que a CONTRATANTE não tenha causado ou contribuído para a ocorrência da falha.
- 12.13. Fornecer à CONTRATANTE relatório, detalhado, das atividades desenvolvidas pela CONTRATADA, Certificado de Garantia e laudos das análises bacteriológicas realizadas, onde deverá constar todas as informações técnicas e necessárias além dos produtos químicos utilizados.
- 12.14. Identificar os empregados que realizarão os serviços a Contratante, os quais deverão estar uniformizados.
- 12.15. Responsabilizar-se pelo transporte de seu pessoal até as dependências da CONTRATANTE, e vice-versa, por meios próprios e, em casos de paralisação dos transportes coletivos, bem como nas situações onde se faça necessária a execução de serviços em regime extraordinário.
- 12.16. Substituir, uma vez comprovada a necessidade de imediato qualquer empregado ou preposto da CONTRATADA que deixe de merecer confiança, embarace a fiscalização ou ainda que venha a se conduzir de modo inconveniente ou incompatível com o exercício das funções que lhe foram conferidas.
- 12.17. Responsabilizar-se exclusivamente por todas as despesas e obrigações relativas à assistência médica (inclusive atendimento médico dentro do local de trabalho em função de acidente ou mal súbito), previdência social, seguro contra acidente e quaisquer implicações de natureza trabalhista e fiscal de seus empregados.
- 12.18. Cumprir todas as leis federais, estaduais e municipais pertinentes e vigentes durante a execução do contrato, sendo única responsável por prejuízos decorrentes de infrações a que houver dado causa.
- 12.19. Responsabilizar-se pelos danos causados ao patrimônio da CONTRATANTE, por culpa, dolo, negligência ou imprudência de seus empregados ficando obrigada a promover o ressarcimento a preços atualizados, dentro de 30 (trinta) dias contados a partir da comprovação de sua responsabilidade. Caso não o faça dentro do prazo estipulado, a CONTRATANTE reserva-se ao direito de descontar o valor do ressarcimento em faturas de pagamentos devidos à CONTRATADA, sem prejuízo de poder denunciar o Contrato, de pleno direito.
- 12.20. Elaborar e entregar à CONTRATANTE um cronograma de execução dos serviços de cada lote, sendo o prazo de início de execução de até 10 (dez) dias após a autorização para execução dos serviços, para a primeira etapa, e o início da segunda etapa 4 meses após a conclusão da primeira etapa, assim a terceira etapa com início 4 meses após a conclusão da segunda etapa, isso para os serviços descritos com 3 etapas, para os serviços com duas etapas, terá o prazo para início da execução da primeira etapa após 10(dez) dias da autorização para execução dos serviços, sendo o prazo de início da segunda etapa 6 meses após o termino da primeira etapa, de acordo com os termos deste Termo de Referência.
- 12.21. Manter atualizado o Livro de Ocorrência criado para registrar o andamento dos serviços.
- 12.22. A empresa contratada, além do fornecimento da mão-de-obra, dos materiais e dos equipamentos, ferramentas e utensílios necessários para a perfeita execução dos serviços de dedetização dos prédios e demais atividades correlatas, obriga-se a executar os serviços, obedecendo rigorosamente:
- a) As normas e especificações constantes deste Termo de Referência;



- b) As normas da ABNT;
- c) As normas da ANVISA;
- d) A Resolução/ANVISA nº 52, de 22/10/2009;
- e) A Resolução/CONAMA nº 307, de 05/07/2002, no que for aplicável;
- f) As disposições legais da União e do Governo do Estado do Pará;
- g) Lei Estadual 5.882 de 21 de dezembro de 1994;
- h) IN/SLTI nº 01, de 19/01/2010;
- i) As prescrições e recomendações dos fabricantes dos produtos;
- j) As normas internacionais consagradas, na falta das normas da ABNT.

12.23. Implantar adequadamente o planejamento, a execução e a supervisão permanente dos serviços, de forma a obter uma operação correta e eficaz, realizando os serviços de forma meticulosa e constante, mantendo sempre a eficácia dos serviços nos reservatórios das dependências da SUDAM.

12.24. Orientar seus empregados quanto à técnica e forma de execução de todos os serviços, especificamente em relação ao tipo de desinfecção.

12.25. Acatar as exigências da fiscalização da SUDAM com relação aos serviços, dias e horários, na execução dos serviços contratados.

12.26. Usar material de primeira qualidade necessário à boa execução dos serviços, assumindo toda a responsabilidade pelo transporte, carga e descarga e sua respectiva perda, bem como pela sua aplicação na execução dos serviços.

12.27. Manter, obrigatoriamente, as máquinas e equipamentos, sempre de primeira qualidade e bom estado de conservação, visando à boa execução dos serviços, assumindo toda a responsabilidade pelo transporte, carga, e descarga e sua respectiva perda, bem assim pela substituição ou consertos nos casos de danos ou defeitos, devendo substituí-los imediatamente para não interromper a execução dos serviços.

12.28. Selecionar e treinar rigorosamente os empregados que irão prestar serviços na SUDAM, orientando-os para que se comportem sempre de forma cordial com os demais e se apresentem sempre dentro dos padrões de eficiência e higiene compatíveis com o local de prestação dos serviços.

12.29. Manter os empregados uniformizados e devidamente identificados através do uso de crachás (com fotografia recente) e de forma condizente com o serviço a executar, para se apresentarem dentro dos padrões de eficiência e segurança recomendáveis.

12.30. Cumprir a legislação e as normas relativas a Segurança e Medicina do Trabalho, diligenciando para que seus empregados trabalhem com equipamentos de proteção individual (EPI), ficando a cargo da empresa e as expensas o fornecimento desses equipamentos. A fiscalização poderá paralisar os serviços até que os empregados estejam protegidos, ficando o ônus da paralisação por conta da empresa.

12.31. Não transferir a outrem no todo ou em parte, o objeto da presente contratação.

12.32. Será vedada à empresa, sob pena de rescisão contratual, caucionar ou utilizar o contrato para qualquer operação financeira, sem a prévia e expressa anuência da SUDAM.

### 13. **OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

13.1. Os serviços objeto do contrato serão acompanhados e fiscalizados por representante da contratante.

- 13.2. Efetuar os pagamentos nas condições e preços pactuados.
- 13.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços e materiais entregues em desacordo com as obrigações assumidas pela contratada.
- 13.4. Relacionar-se com a CONTRATADA exclusivamente por meio de pessoa por ela credenciada.
- 13.5. Estabelecer rotinas de serviços para auxiliar no devido cumprimento do objetivo do contrato.
- 13.6. Assegurar o livre acesso dos empregados da CONTRATADA, quando devidamente identificados e uniformizados, aos locais em que devem executar suas atividades.
- 13.7. Fornecer à CONTRATADA todos os esclarecimentos necessários para a execução dos serviços e demais informações que venham a ser solicitadas.
- 13.8. Cumprir e exigir o cumprimento do disposto nas cláusulas do contrato podendo aplicar as penalidades previstas em lei pelo não cumprimento das obrigações contratuais ou execução insatisfatória dos serviços.
- 13.9. Conferir, vistoriar e aprovar os materiais de uso da empresa, acompanhadas da relação discriminando quantidades, espécie, peso, volume.
- 13.10. Instruir a empresa acerca das normas de segurança vigentes nesta autarquia.
- 13.11. Poderá, a qualquer tempo, exigir a comprovação das condições da empresa que ensejaram sua contratação, notadamente no tocante a qualificação econômico-financeira.

#### 14. DO PERÍODO DE INÍCIO E EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

14.1. Os serviços de **Higienização e Desinfecção das caixas de passagem do sistema de esgotamento sanitário, Higienização e Desinfecção e Desobstrução das tubulações do sistema de esgotamento sanitário, Higienização e Desinfecção dos Reservatórios de Água**, deverão ser executados em etapas, com execuções programadas, para os serviços com 3(três) etapas, fica a primeira com início em no máximo em 10 (dez) dias após recebimento de autorização da Diretoria de Administração, e as demais etapas, a cada 04 (quatro) meses de intervalo assim totalizando 3 etapas de 4 meses cada, portanto todas as etapas ficam dentro do prazo de 12meses para execução do serviço contratado, e submetidos a verificação da eficiência de cada execução In loco, realizada pela Coordenação de Gestão Administrativa por meio de servidor designado.

14.2. O serviço **Serviço de limpeza das fossas** com programação de 2 (duas) etapas programadas, fica a primeira etapa com início programado para no máximo 10 (dez) dias após recebimento de autorização da Diretoria de Administração, e a outra etapa com início 6 meses após a conclusão da primeira etapa. Portanto todas as etapas ficam dentro do prazo de 12 meses para execução do serviço contratado, ficando submetido a após verificação da eficiência de cada execução In loco, realizada pela Coordenação de Gestão Administrativa por meio de servidor designado.

#### 15. DA GARANTIA DOS SERVIÇOS

15.1. Higienização e desinfecção dos reservatórios de água: garantia de 12 (Doze) meses após a execução do serviço, contado a partir da certificação da última nota fiscal pelo gestor do objeto (3 etapas anuais com intervalo de 4 meses entre as etapas);

15.2. A desobstrução das tubulações do sistema de esgotamento sanitário do complexo predial

da SUDAM terá garantia de 12 meses após a execução do serviço (3 etapas anuais com intervalo de 4 meses entre as etapas);

15.3. A desobstrução das caixas de passagem do sistema de esgotamento sanitário do complexo predial da SUDAM terá garantia de 12 meses após a execução do serviço (3 etapas anuais com intervalo de 4 meses entre as etapas);

15.4. A desobstrução e desinfecção das fossas sépticas do sistema de esgotamento sanitário do complexo predial da SUDAM terão garantia de 12 meses após a execução do serviço (2 etapa anual com intervalo de 6 meses entre as etapas);

15.5. A contratada garantirá a qualidade dos serviços prestados, respondendo, na forma da lei, por quaisquer danos decorrentes da má execução do instrumento contratual;

15.6. A empresa deverá refazer os serviços que forem rejeitados nas áreas críticas esgotos das áreas internas e externas, assim como outras áreas que porventura apresentem ineficiência do serviço prestado, e, serão submetidas à intervenção, em 48 (quarenta e oito) horas, contados do recebimento da comunicação efetuada pela unidade solicitante da SUDAM.

## **16. DO CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO DO OBJETO**

16.1. O critério de adjudicação será o de menor preço por lote, devendo o objeto estar em conformidade com as especificações constantes neste termo de referência.

## **17. DO PRAZO DE VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO**

17.1. A prestação dos serviços constantes do presente Termo de Referência é de natureza continuada, razão pela qual o Contrato terá vigência de 12 (doze) meses contados da autorização da Diretoria de Administração, podendo ser prorrogado por períodos iguais e sucessivos, limitado a 60 (sessenta) meses, nos termos do inciso II, artigo 57, da Lei nº 8.666/93.

## **18. REAJUSTE**

18.1. Os valores apresentados neste Termo de Referência, serão reajustados anualmente, pois os contratos de prestação de serviços a serem executados são de forma contínua e estão previstos no art. 57, inciso II da Lei de Licitações e Contratos Administrativos, Lei nº 8.666/93, levando-se em consideração as variações do IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) divulgado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), ou por outro índice que o venha substituir. Sendo aplicado para todos os serviços e lotes deste Termo de referência, iniciando a contagem do tempo a partir da data de referência da proposta.

## **19. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

19.1. O pagamento será efetuado, após a realização de cada etapa, o prazo para liquidação será de 15 (quinze) dias úteis, contado a partir do recebimento definitivo de cada uma, mediante apresentação de Nota Fiscal/Fatura dos serviços atestada pela fiscalização.

19.2. É vedada qualquer indexação de preços por índices gerais, setoriais ou que reflitam a variação dos custos.

19.3. Na hipótese de atraso de pagamento da Nota Fiscal devidamente atestada, o valor devido pela Contratante deverá ser atualizado monetariamente, obedecendo a seguinte disposição da legislação:

19.4. Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX/100) / 365$$
$$EM = I \times N \times VP, \text{ onde:}$$

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

19.5. Na hipótese de pagamento de juros de mora e demais encargos por atraso, os autos devem ser instruídos com as justificativas e motivos, e ser submetidos à apreciação da autoridade superior competente, que adotará as providências para verificar se é ou não caso de apuração de responsabilidade, identificação dos envolvidos e imputação de ônus a quem deu causa.

19.6. O pagamento será creditado em conta-corrente da contratada através de ordem bancária contra qualquer instituição bancária indicada na proposta, devendo para isso ficar explicitado o nome do banco, agência, localidade e nº da conta-corrente respectiva.

19.7. Por ocasião do pagamento a contratada deverá estar regular junto ao SICAF, cabendo à contratante a verificação mediante consulta on-line, imprimindo e juntando aos autos seu resultado, conforme estabelece a IN nº02/2010/SLTI/MPOG.

19.8. O pagamento somente será liberado após o recolhimento de eventuais multas que tenham sido impostas em decorrência de inadimplência contratual.

19.9. Caso a CONTRATADA apresente situação irregular junto ao SICAF, a mesma será advertida por escrito, sendo-lhe concedido prazo para regularização da situação, sob pena de rescisão contratual, a critério da Administração o prazo poderá ser prorrogado.

19.10. Se a contratada for optante pelo SIMPLES, deverá anexar à nota fiscal/fatura documento que comprove esta opção, situação em que não incidirá a retenção tratada no item abaixo.

19.11. Será efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencados nas normas expedidas pelos Órgãos fiscais e fazendários, na forma das normas pertinentes.

19.12. Qualquer erro ou omissão havido na documentação fiscal ou na fatura será objeto de correção pela contratada e haverá, em decorrência, suspensão do prazo de pagamento até que o problema seja definitivamente regularizado.

19.13. O pagamento será suspenso enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

19.14. Não haverá sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

## 20. DO RECEBIMENTO DO OBJETO

20.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente no prazo de 10(dez) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior avaliação de sua conformidade será após a verificação do serviço realizado, e devida aceitação da qualidade e quantidade do material utilizado, mediante termo circunstanciado e respectivo Boletim de Medição para Potabilidade e a respectiva Ordem de Serviço relativa à desinfecção e análise bacteriológica de acordo com a lei nº 5882/94. E com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser elaborado relatório circunstanciado, contendo o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato e demais documentos que julguem necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

20.2. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos /substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato as custas da contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

20.3. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 5(cinco) dias contados do recebimento provisório, após a verificação mediante termo circunstanciado.

20.3.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

20.3.2. O recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, será realizado pelo gestor do contrato.

20.3.3. O gestor do contrato analisará os relatórios e toda documentação apresentada pela fiscalização técnica e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicará as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções.

20.3.4. O gestor emitirá termo circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentação apresentados, e comunicará a CONTRATADA para que emita a Nota Fiscal ou Fatura com valor exato dimensionado pela fiscalização com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto.

20.3.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

## **21. DAS ALRETAÇÕES SUBJETIVAS**

21.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/por outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; 21.1.1 sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

## **22. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

22.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

22.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

22.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

22.1.3. Falhar ou fraudar na execução do contrato;

- 22.1.4. Comportar-se de modo inidôneo; e
- 22.1.5. Cometer fraude fiscal.
- 22.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:
- 22.2.1. Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;
- 22.2.2. Multa de:
- a) 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
  - b) 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem anterior ou de inexecução parcial da obrigação assumida;
  - c) 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo; e
  - d) 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;
- 22.2.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos.
- 22.2.4. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.
- 22.2.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados.
- 22.3. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.
- 22.4. As sanções previstas poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.
- 22.5. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

**Tabela 1**

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato

4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

**Tabela 2**

INFRAÇÃO		
Item	Descrição	Grau
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
Para os itens a seguir, deixar de:		
5	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
6	Para os itens a seguir, deixar de:	01
7	Substituir empregado alocado que não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	03
8	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01
9	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações	01

22.6. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

22.6.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

22.6.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

22.6.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

22.7. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

22.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

22.9. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

## 23. DA GARANTIA CONTRATUAL

23.1. No prazo de até 10 (dez) dias úteis, prorrogável por igual período, contado da data da assinatura do CONTRATADO e retirada da Nota de Empenho, a CONTRATADA deverá apresentar

garantia correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total estimado da CONTRATAÇÃO, a fim de assegurar a sua execução, em uma das seguintes modalidades:

- a) Caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, devendo estes terem sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;
- b) Seguro-garantia; ou
- c) Fiança bancária.

23.2. Em se tratando de garantia prestada através de caução em dinheiro o depósito deverá ser feito obrigatoriamente na Caixa Econômica Federal ó CEF, conforme determina o art. 82 do Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986, sendo devolvida atualizada monetariamente, nos termos do § 4º art. 56 da Lei nº 8.666/93.

23.3. Se a opção de garantia for seguro-garantia ou fiança bancária deverá conter expressamente cláusula de atualização financeira, de imprescritibilidade, de inalienabilidade e de irrevogabilidade.

23.4. A garantia prestada pela CONTRATADA deverá ser válida por mais 03 (três) meses, após o término da vigência do contrato, mediante a certificação pelo Gestor de que os serviços foram realizados a contento e as obrigações contratuais pactuadas foram cumpridas, nos termos do inciso XIX do art. 19 da IN 02/2008.

23.5. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente, em pagamento de qualquer obrigação, inclusive indenização a terceiros, ou reduzido em termos reais por desvalorização da moeda de forma que não mais represente 5% (cinco por cento) do valor total estimado da OS, a CONTRATADA se obriga a fazer a respectiva reposição, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, a contar da data em que for notificada pela SUDAM.

23.6. A garantia prestada deverá cobrir, além das obrigações pactuadas, o pagamento de multas e obrigações trabalhistas.

23.7. A garantia será atualizada nas mesmas condições do CONTRATO.

23.8. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

23.9. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a CONTRATANTE a promover a retenção dos pagamentos devidos à CONTRATADA, até o limite de 5% (cinco por cento) do valor anual do contrato a título de garantia, a serem depositados junto à Caixa Econômica Federal, com correção monetária, em favor da CONTRATANTE.

23.10. A garantia assegurará qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

23.11. Prejuízo advindo do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

23.12. Prejuízos causados à CONTRATANTE ou a Terceiro, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

23.13. As multas moratórias e punitivas aplicadas pela CONTRATANTE à CONTRATADA;

23.14. Obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias de qualquer natureza, não honradas pela CONTRATADA.

23.15. Será considerada extinta a garantia:

23.16. Com a devolução da apólice, carta de fiança ou autorização para o levantamento de



importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhadas de declaração do CONTRATANTE mediante termo circunstanciado, de que a CONTRATADA cumpriu todas as orientações presentes neste Termo e seus anexos;

23.17. No prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do Contrato, caso a SUDAM não comunique a ocorrência de sinistros.

## 24. **DAS RESCISÕES**

24.1. Constituem motivo para rescisão do contrato:

24.1.1. o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

24.1.2. o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;

24.1.3. a lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão do serviço, nos prazos estipulados;

24.1.4. o atraso injustificado no início do serviço;

24.1.5. a paralisação do serviço, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;

24.1.6. a subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital e no contrato;

24.1.7. o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

24.1.8. o cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do § 1o do art. 67 da Lei 8.666/93;

24.1.9. a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

24.1.10. a dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;

24.1.11. a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;

24.1.12. razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;

24.1.13. a supressão, por parte da Administração, de serviços, acarretando modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no § 1o do art. 65 desta Lei;

24.1.14. a suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

24.1.15. o atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração decorrentes de serviços, ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

24.1.16. a não liberação, por parte da Administração, de área, local ou objeto para execução do serviço, nos prazos contratuais;

- 24.1.17. a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato;
- 24.1.18. descumprimento do disposto no inciso V do art. 27 da Lei 8.666/93, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.
- 24.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
- 24.3. A rescisão do contrato poderá ser:
- 24.3.1. determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos subitens 24.1.1 a 24.1.12 e 24.1.17 deste Termo de Referência;
- 24.3.2. amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;
- 24.3.3. judicial, nos termos da legislação;
- 24.4. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.
- 24.5. Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos 24.1.12 a 24.1.17, sem que haja culpa do contratado, será este ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito a:
- 24.5.1. devolução de garantia;
- 24.5.2. pagamentos devidos pela execução do contrato até a data da rescisão;
- 24.5.3. pagamento do custo da desmobilização.
- 24.5.4. Ocorrendo impedimento, paralisação ou sustação do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente por igual período.

## **25. DA FISCALIZAÇÃO**

- 25.1. A fiscalização por parte de servidor indicado pela SUDAM não exclui nem reduz a responsabilidade da empresa, inclusive perante terceiros por qualquer irregularidade, ou ainda, resultante de imperfeições técnicas ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior.
- 25.2. A qualquer tempo, a fiscalização poderá solicitar a substituição de qualquer membro da equipe da empresa que, a seu critério, venha a prejudicar o bom andamento dos serviços.
- 25.3. Manter registro dos acontecimentos no Livro de Ocorrência.
- 25.4. A fiscalização não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de qualquer responsabilidade da empresa para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos, subempreiteiros, dentre outros.
- 25.5. À Sudam será reservado o direito de rejeitar no todo ou em parte os serviços prestados, se em desacordo com o Edital e/ou especificações, devendo a empresa refazer ou substituir as partes que apresentem defeitos, sem ônus adicionais.
- 25.6. A fiscalização dos serviços ficará a cargo do servidor indicado pela SUDAM que se incumbirá de acompanhar a execução dos serviços, determinando à Contratada as providências necessárias ao regular e efetivo cumprimento do contrato, bem como anotar e enquadrar as infrações contratuais constatadas, comunicando as mesmas ao seu superior hierárquico.

## 26. DA ESTIMATIVA DE CUSTO E CRONOGRAMA

26.1. O valor global estimado para a execução dos serviços, durante 12 meses, objeto do presente Termo de Referência é de R\$ 51.410,52 (cinquenta e um mil quatrocentos e dez reais e cinquenta e dois centavos), conforme pesquisa de preços elaborada pela Divisão de Gestão de Suprimentos, constante nos autos.

26.2. O Cronograma se desenvolverá da seguinte forma:

SERVIÇO	Local	Início	4 meses depois	4 meses depois
		1ª etapa	2ª etapa	3ª etapa
HIGIENIZAÇÃO E DESINFECÇÃO DAS CAIXAS D'ÁGUA	Blocos A, B e C, estacionamentos próximo ao SAMS e frente para Av. Alm. Barroso	01	01	01
HIGIENIZAÇÃO, DESINFECÇÃO E DESOBSTRUÇÃO DAS TUBULAÇÕES DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO.	Todo complexo predial da SUDAM	01	01	01
HIGIENIZAÇÃO E DESINFECÇÃO DAS CAIXAS DE PASSAGEM DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO	Todo complexo predial da SUDAM	01	01	01
-	-	1º Pagamento	2º Pagamento	3º Pagamento
SERVIÇO	Local	Início	6 meses depois	-
LIMPEZA DAS FOSSAS SÉPTICAS	Todo complexo predial da SUDAM	1º etapa	2º etapa	-
-	-	1º Pagamento	2º Pagamento	-

## 27. DA VISTORIA

27.1. A vistoria ao local, antes da apresentação das suas propostas, será FACULTATIVA. Caso julgue necessário, o licitante poderá realizar vistoria no local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 08:30h as 12:00h e das 13:30h as 17:00h, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelos telefones (91) 4008-5709/5697, em atenção a Divisão de Manutenção Predial (DIMP) da Coordenação de Gestão Administrativa (CGA).

27.2. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública

27.3. Para a vistoria, o licitante, ou o seu representante, deverá estar devidamente identificado e credenciado pela empresa.

## 28. DA QUALIFICAÇÃO MÍNIMA EXIGIDA

28.1. Para comprovar a qualificação técnica, a empresa deverá apresentar os seguintes documentos na licitação:

28.2. Registro da empresa junto ao Conselho Regional do seu responsável técnico, em conformidade com a Resolução - RDC nº 52, de 22 de outubro de 2009;

28.3. Atestado(s) de Capacidade Técnica, expedido(s) por empresa pública ou privada, devidamente registrado(s) no Conselho Regional competente, comprovando a experiência da empresa na prestação de serviços pertinentes e compatíveis com o objeto da licitação em características, quantidades e prazos. Engenheiro Sanitarista e/ou Químico com seu respectivo conselho, para acompanhar e se responsabilizar pela execução dos serviços, inclusive pela regularidade técnica e disciplinar no tocante à atuação dos trabalhadores (art. 68 da Lei 8.666/93). Tal profissional reportar-se-á diretamente ao Fiscal do Contrato;

28.4. Licença de Operação e Licença de Funcionamento emitidas pela SEMMA, SEMA ou SESMA, ou ainda outro órgão ambiental competente

28.5. Declaração formal de que no momento da assinatura do contrato a empresa comprovará possuir em seu quadro permanente responsável técnico devidamente habilitado para o exercício das funções relativas às atividades pertinentes ao controle de qualidade da higienização dos reservatórios e desobstrução das caixas de passagem e fossas.

28.5.1. A comprovação do vínculo profissional será realizada através de Cópia da CTPS, ou da ficha de registro do empregado, ou de contrato de prestação de serviços, ou do contrato social da empresa em que conste o profissional como sócio.

28.6. Licença de Regularidade do Responsável Técnico e da Empresa perante o Conselho de Classe ao qual pertença, conf. Lei Estadual 5.882 de 21 de dezembro de 1994.

28.7. Declaração de responsabilidade ambiental, conforme ANEXO II.

## 29. **DA SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL**

29.1. As licitantes deverão adotar as práticas de sustentabilidade constantes na IN/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010, em especial as previstas no art. 6º de referida Instrução Normativa.

29.2. A Empresa contratada deverá adotar para os produtos que utilizará as boas práticas de sustentabilidade, conforme previsto no artigo 5º da IN Nº 01/2010/SLTI/MPOG:

29.3. Os serviços sejam executados, no todo ou em parte, com material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR 15448-1 e 15448-2;

29.4. Deverão ser observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial ó INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

29.5. Os materiais utilizados deverão ser preferencialmente, acondicionados em embalagem que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

29.6. Os materiais utilizados deverão ser livres de substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (**Restriction of Certain Hazardous Substances**), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenilpolibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs);

29.7. A comprovação do disposto nos itens acima poderá ser feita mediante apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio de prova que ateste que os serviços prestados cumprem as exigências previstas.

29.8. Selecionada a proposta, em caso de inexistência de certificação que ateste a adequação, a SUDAM poderá realizar diligências para verificar a adequação do produto às exigências do ato convocatório, correndo as despesas por conta da licitante.

30. **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

30.1. Os serviços objeto deste termo são caracterizados como comuns.

30.2. Fica estabelecido o foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Estado do Pará, para dirimir dúvidas ou pendências que não possam ser solucionadas administrativamente.

30.3. A elaboração deste Termo de Referência fundamenta-se ao estabelecido nos Incisos I e II do artigo 30º, Incisos I, II, III e parágrafo 2º do artigo 9º, do Decreto nº 5.450, de 31/05/2005 e na In/SLTI/MPOG n02/2008.

30.4. Os casos omissos serão resolvidos pela Diretoria de Administração.

30.5. São partes integrantes deste Termo de Referências os seguintes anexos:

ANEXO I - Modelo de Proposta Comercial

ANEXO II - Modelo de Declaração de Sustentabilidade Ambiental

**ANEXO I**

**MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL**

**Lote 01 - Higienização e Desinfecção dos Reservatórios de Água**

<b>Serviço</b>	<b>Local</b>	<b>Valor da Etapa</b>	<b>Numero de etapas</b>	<b>Valor total</b>
Limpeza Reservatório geral	Estacionamento em frente para a Av. Alm. Barroso		03	
Limpeza Reservatório superior	Bloco C		03	
Limpeza Reservatório superior	Bloco B		03	
Limpeza Reservatório superior	Bloco A		03	
Limpeza Reservatório inferior	Estacionamento próximo do SAMS		03	
Limpeza Reservatório superior	Estacionamento próximo do SAMS		03	
			<b>TOTAL</b>	<b>R\$</b>

**Lote 02 - Limpeza de tubulações e caixas de passagem do sistema de esgotamento sanitário**

<b>Serviço</b>	<b>Local</b>	<b>Valor da Etapa</b>	<b>Numero de etapas</b>	<b>Valor total</b>
Desobstrução de tubulações	Complexo Predial da SUDAM		03	
Desobstrução de caixas de passagem	Complexo Predial da SUDAM		03	

Limpeza das fossas sépticas	Complexo Predial da SUDAM		02	
			TOTAL	R\$

## ANEXO II

### MODELO DE DECLARAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

Declaramos, sob as penas da lei, na qualidade de proponentes do procedimento licitatório sob a modalidade Pregão Eletrônico nº 02/2013, instaurado pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia, de que atendemos aos critérios de sustentabilidade ambiental, respeitando as normas de proteção do meio ambiente, conforme estabelece a Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, nos casos em que a referida instrução se aplica ao objeto.

Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente declaração.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017

\_\_\_\_\_

Assinatura do responsável pela empresa

Nome do responsável pela empresa



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Antonio Tavares de Sousa, Engenheiro Civil**, em 28/12/2017, às 15:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.sudam.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.sudam.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0044161** e o código CRC **433BD176**.